

EDITORIAL

Raimunda Nonata do Nascimento Santana
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

O tema “**Crise Atual do Capitalismo e Políticas Públicas:** balanço e perspectivas continentais” desta edição da Revista de Políticas Públicas (RPP), periódico científico semestral publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Trata-se de tema que atualiza a possibilidade de avanços na reflexão e análise crítica sobre questões fundamentais no cenário histórico contemporâneo, dentre estas: Qual a natureza da crise capitalista? Como essa crise afeta a geopolítica mundial, a sobrevivência e a convivência entre os povos? Em que termos se efetiva a trajetória de regressão das políticas sociais na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina em decorrência do neoliberalismo e da atual pressão dos mercados financeiros?

Tem sido afirmado por especialistas (CHENAIS; SAUVIAT; COUTROT; NAKATANI; SCHETINO; BRAZ, 2014)¹ que uma das peculiaridades do momento atual da crise do capitalismo é sua natureza global, portanto, trata-se de crise sistêmica que questiona a ordem social da civilização contemporânea. Tal dinâmica tem agudizado exponencialmente o caráter predatório, ambientalmente incorreto e desigual desse modo de produção.

Nesse contexto, a dominância da lógica do capital especulativo e parasitário, embora tenha conseguido saídas para essa fração do capital, mediante a intervenção estatal, aprofundou contradições, aguçou assimetrias e possibilitou a ampliação das transferências de valor e mais-valia da periferia para o centro do sistema. Sob os efeitos dessa crise, as políticas públicas de sustentação da demanda tornaram-se o alvo preferencial das políticas de austeridade orientadas pelos organismos financeiros internacionais, sendo colocadas em uma trajetória de regressão, tanto na Europa e nos Estados Unidos quanto na América Latina.

Particularmente, nos países da periferia do sistema capitalista, a atual crise se reflete, ora na incapacidade de produção de adequada massa de conhecimentos originais nas esferas científica e tecnológica, ora no privilegiamento de certas áreas em detrimento de outras. Esse movimento repercute na definição das linhas, nas formas de fazer, de financiar e de administrar a atividade de pesquisa.

Do ponto de vista das lutas sociais, essa multiplicidade de crises não ocorreu sem resistência. Produziu greves gerais, no quadrante do movimento operário e sindical, e uma diversidade de movimentos sociais em diferentes países, reafirmando a exigência de deliberação política sobre dilemas econômicos,

sociais e na produção do conhecimento direcionada à superação da crise sistêmica.

À vista das considerações acima, e na perspectiva de contribuir para os estudos e debates sobre dilemas históricos do presente, encontram-se no dossiê temático desta edição da RPP, doze artigos, uma entrevista e uma resenha que abordam vivamente, teórica e politicamente, o tema “**Crise atual do capitalismo e políticas públicas: balanço e perspectivas continentais**”. Seguidamente ao dossiê temático, são apresentados nove artigos que compõem a seção temas livres e analisam questões diversas, mas relacionados, cada um ao seu modo, a dimensões fundamentais no campo das Políticas Públicas.

Dessa maneira, os textos, cujos conteúdos são de responsabilidade dos seus autores e autoras, estão expostos a seguir.

Os autores convidados desse número da RPP abordam de forma contundente e substantiva o tema privilegiado na Revista. *Flávio Bezerra de Farias*, no texto “**Paris na Era do imperialismo global: o jornal, a rua e o supermercado**”, reflete, de maneira crítica, sobre os acontecimentos parisienses recentes, em que jihadistas perpetraram assassinatos na capital francesa, com fins terroristas. Na análise desenvolvida, o autor destaca, não só os aspectos simbólicos e republicanos da questão em pauta, mas também suas feições filosóficas e geopolíticas. Por sua vez, *Alba Maria Pinho de Carvalho* e *Eliana Costa Guerra*, no artigo “**O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica**”, tratam da inserção do Brasil na crise estrutural do capital, delineando elementos analíticos relacionados às particularidades da vida social brasileira que, nos últimos anos se expressa pelo esgotamento de um ciclo de ajustes, com graves implicações sociais, políticas, econômicas e ambientais.

Os outros artigos do dossiê temático são apresentados, em seguida, pela ordem alfabética dos seus títulos. São eles:

“**Acreditação do ensino superior na Europa e Brasil: mecanismos de garantia da qualidade**” é o texto apresentado por *Cleber Augusto Pereira*, *Joaquim Filipe Ferraz Esteves de Araújo* e *Maria de Lourdes Machado*. Nele, os autores contextualizam, mapeiam os cenários, comparam e apontam similaridades entre Alemanha, Reino Unido e Brasil, em termos dos mecanismos de garantia da qualidade nos processos de avaliação e acreditação do ensino superior, mesmo considerando que esses países contam com políticas educacionais distintas.

Refletir sobre as contribuições do Modelo de Coalizões de Defesa (MCD) proposto por Paul A. Sabatier para explicar a formulação e as mudanças nas políticas públicas é o propósito do artigo apresentado por *Victor Manuel Barbosa Vicente* denominado “**A análise de políticas públicas na perspectiva do modelo de coalizões de defesa**”. O modelo que serve de baliza para a análise desenvolvida refere-se a um conjunto de premissas que se sustentam em dois pressupostos fundamentais: resultado das disputas entre as coalizões de defesa e produto do papel exercido pelo aprendizado político no processo.

O artigo apresentado pelas autoras *Rachel Gouveia Passos* e *Silvia Portugal* denominado “**Breve balanço da Política de Saúde Mental: análise comparativa Brasil e Portugal a partir da experiência das residências terapêuticas**” apresenta elementos referentes às políticas de saúde mental no Brasil e em Portugal, evidenciando os serviços residenciais terapêuticos em contextos sócio-históricos, que se destacam pelos impasses decorrentes da atual crise do capital e das ações de caráter neoliberal.

“**Crise capitalista e política de saúde pública: tendências atuais para a saúde mental**”

brasileira”. Neste texto, as autoras *Elizangela Samara da Silva* e *Viviane Guedes Goncalves de Moura* buscam delinear as características mais significativas das crises cíclicas e estrutural do capitalismo e suas implicações para a saúde pública, com ênfase especial para a política de Saúde Mental no contexto brasileiro. Nessa linha analítica, consideram que, em razão de rebatimentos do ajuste neoliberal, manifesta-se a tendência de desmonte das políticas sociais, com incidências específicas - fragmentação, seletividade, focalização e precarização das relações de trabalho - na área da saúde mental.

O texto seguinte, denominado **“Educação ambiental**: uma proposta para o fortalecimento da participação popular no licenciamento de atividades petrolíferas no Brasil”, de autoria de *Noa Magalhaes Pinto*, *Carlos José Saldanha Machado* e *Rodrigo Machado Vilani* expõe a evolução de diretrizes jurídicas da política ambiental brasileira, particularmente, da Educação Ambiental no âmbito do Licenciamento Offshore de petróleo e gás, enquanto condicionante e medida mitigadora e compensatória dos impactos ambientais da cadeia produtiva do petróleo.

“Lo que nos dejó el tiempo: política asistencial e integracion social” é o artigo de *Ximena Baraibar*. Balizada na experiência uruguaia, iniciada nos anos 2005, a autora *reflete sobre* as possibilidades e limites da Política de Assistência Social na América Latina que, neste século, vem assumindo a forma de Programas de Transferências Condicionadas de Renda. Entende que essa política tende a ser analisada em si mesma, sem considerar, adequadamente, os elementos constitutivos dos regimes de Bem Estar que lhe dão suporte, sobretudo, mercado de trabalho, família e outras prestações do Estado.

“Políticas de saúde nos países do MERCOSUL: um retorno à universalidade?” Neste artigo, *Vera Maria Ribeiro Nogueira*, *Helena Silveira*

Fagundes, *Celmira Bentura Alonso*, *Elizabeth Ortega Cerchiaro*, *Jorge Hugo Centeno*, *Nora Margarita Jacquier*, *Stella Mary Garcia Aguero* e *Maria Del Carmen Garcia* abordam os sistemas de saúde nos países do Mercosul. Tomam como referência as características demográficas e sociopolíticas dos países, suas formas de organização e de prestação dos serviços, o financiamento e a regulação dos sistemas nacionais de saúde, além dos elementos definidos pela OMS: amplitude da cobertura populacional, abrangência dos serviços e nível de cobertura por financiamento público. Concluem, com bases nessas balizas que os países que compõem esse Mercado comum apresentam uma propensão à universalização da atenção à saúde.

“Para uma antropologia da política pública: dinâmicas da construção de políticas públicas para comunidades afro-colombianas” é o texto apresentado por *Liliana Gracia Hincapié*. Balizada por um marco histórico-político do reconhecimento étnico na Colômbia, a partir da Constituição Política de 1991- Lei nº 70/1993, a autora procura deslindar o movimento sócio histórico que possibilitou a construção de uma política pública voltada para o reconhecimento das comunidades afro-colombianas.

Solange Maria Gayoso da Costa é a autora do artigo **“Sojicultura e mercado de terras na Amazônia**”. Com recorte nos municípios que compõem a região do Baixo Amazonas, essa autora reflete sobre a relação da sojicultura com o mercado de terras na Amazônia. Conclui que o volume de áreas plantadas, em parte, foi composto pela negociação de imóveis abaixo de 100 ha que, em sua totalidade, correspondem a Títulos de Reforma Agrária emitidos pelo INCRA, agravando, assim, a concentração de terras rurais na região.

“Utilização privada de dinheiro público: alguns apontamentos sobre a gestão dos recursos do sistema S”, texto de autoria de *Deribaldo Santos* e *Geisiane Cristina Pereira da*

Silva que traça uma configuração geral sobre esse sistema no Brasil. O fio condutor utilizado na análise é que o Sistema S, constituído por 11 entes criados pelo Estado, é sustentado por valores advindos do pagamentos de cursos ofertados e de contribuições compulsórias dos trabalhadores a eles vinculados, num contexto em que são privilegiadas, no país, políticas de privatização escamoteadas mediante as chamadas Parcerias Público-Privadas (PPP's). Com base nesses elementos, os autores analisam a gestão financeira dos recursos destinados ao Sistema S, envolvendo debates entre dirigentes do próprio sistema, de outras instituições privadas e do poder público.

Completam o Dossiê Temático desse n. 19. v. 1 da RPP uma entrevista e uma resenha que contaram com a colaboração especial do *Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias*.

A entrevista realizada com o *Prof. Dr. Alex Oliveira de Souza*, atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), expressa a preocupação em debater, do ponto de vista da gestão de sistemas e instituições voltados para o amparo à pesquisa, as repercussões da crise atual do capitalismo sobre o desenvolvimento científico e tecnológico. A resenha do livro "**A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial**". São Paulo: Xamã, 2003, 248 p." é de autoria do *Prof. Dr. Ruy Braga*.

A seção temas livres abre-se com o texto de *Célia Regina da Silva Taques Barros*, *Renato Blat Migliorini* e *Maria da Anunciação Pinheiro Barros Neta* é intitulado "**Estudo da disponibilidade de recursos hídricos nos projetos de assentamento da reforma agrária: região do Pantanal do Corixo Grande, Cáceres-MT**". Neste artigo, os autores estimulam a reflexão sobre a disponibilidade de recursos hídricos em área de assentamentos

rurais no Brasil, entendendo-a como condição de sobrevivência, pleno desenvolvimento e qualidade de vida de assentados e beneficiários. Com base em estudos de campo, tematizam que os projetos de assentamento do Programa Nacional de Reforma Agrária consideraram a fertilidade natural dos solos, condições de localização e vias de acesso. No entanto, não levaram em conta aspectos relacionados ao meio físico, principalmente os recursos hídricos. Tal desiderato contribui para a explicação dos graves cenários de escassez de águas superficiais na região pesquisada, o Pantanal do Corixo Grande.

Em "**Inclusão subordinada de assentamentos rurais à cadeia produtiva do leite no Estado de Goiás**", *Sheila Marli de Melo Rezende* e *Dinalva Donizete Ribeiro*, referenciadas na dinâmica de dois assentamentos rurais no noroeste goiano, tecem uma exposição na qual a produção leiteira desponta como uma das importantes estratégias de reprodução econômica e social das famílias assentadas. A partir desse reconhecimento, as autoras apresentam subsídios e argumentações a respeito da falta de autonomia e domínio dos assentados sobre a renda gerada, uma vez que a parcela maior do lucro fica em poder dos laticínios. O fio reflexivo que conduz a argumentação leva-as a concluir sobre a subordinação da renda da terra das famílias assentadas à cadeia produtiva do leite.

Desirée Cipriano Rabelo, no artigo "**Informação e comunicação no controle social da Política Nacional de Assistência Social**", tendo como fulcros os princípios internacionais e constitucionais de acesso à informação pública, em especial a Lei nº 12.527/2011, as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) sobre essa temática e a prática dos representantes da sociedade civil nos conselhos municipais de Assistência Social do Estado do Espírito Santo, trata dos fluxos de informação entre os atores que participam do controle social democrático da PNAS.

A autora encerra sua argumentação concluindo sobre a promoção do acesso e o compartilhamento de informações como condições de fortalecimento do controle social democrático e ampliação dos direitos socioassistenciais.

Refletir sobre os termos da materialização das conquistas alcançadas pelas políticas educacionais do campo nas escolas é o objetivo que guia a elaboração do artigo “**Materialização das políticas de educação do campo:** a relação entre professores e Diretrizes da Educação do Campo em Cascavel” de autoria de *Jaqueline Zdebski da Silva Cruz* e *Maria Lidia Sica Szymanski*. Munidas dos resultados de pesquisa realizada nas Escolas Estaduais do Campo do município de Cascavel/PR, as autoras concluem que significativo universo de docentes desconhece ou não utiliza, por julgarem inadequadas em face da especificidade da escola, as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo.

No ensaio “**O processo orçamentário federal e a execução das despesas em dezembro:** estratégia de planejamento orçamentário?”, *Marco Antonio Alves* e *João Henrique Pederiva* descortinam certas dimensões da máquina administrativa e financeira do Governo Federal brasileiro na perspectiva de apreender os motivos, o lugar e o sentido da prática recorrente no âmbito da execução das despesas em Dezembro, para pagá-las nos exercícios seguintes. Ao final, os autores sugerem que a verdadeira razão dessa estratégia parece residir na tentativa de os atores orçamentários adaptarem-se a um orçamento essencialmente incrementalista, num ambiente complexo e de incertezas, com muitas escolhas, conflitos e interesses em jogo.

Demarcar limites e possibilidades da atuação do Estado brasileiro nas políticas ambientais tendo como referência socioespacial os municípios do Cariri Ocidental é a intenção que orienta *José Irivaldo Alves O. Silva* e *Marivaldo Gomes Alcântara* na sistematização do artigo “**Políticas ambientais:** uma

análise do Governo Federal e do Cariri Ocidental”. A partir do reconhecimento da avançada legislação sobre o tema ambiental em âmbito federal, os autores ponderam e concluem sobre a necessidade de institucionalizar a questão ambiental nas gestões municipais, que deve se fazer acompanhar da preocupação com desenvolvimento sustentável, políticas públicas consistentes e efetivos aportes de recursos.

Rosane Luzia de Souza Morais, Alysson Massote Carvalho, Livia de Castro Magalhães e Piscilla Avelino Ferreira Pinto, no artigo “**Primeira infância e pobreza no Brasil:** uma análise integrada a partir de indicadores em saúde, educação e desenvolvimento social”, dentre outros movimentos de análise, traçam um panorama da primeira infância e enfatizam avanços nos indicadores de sobrevivência e de saúde da criança brasileira nos últimos anos. O texto encerra-se com a indicação de aspectos que, na ótica da autoria, necessitam de maior atenção tendo em vista o avanço nos investimentos dirigidos ao desenvolvimento infantil no Brasil.

No último artigo da seção temas livres, intitulado “**Promoção da saúde:** concepções que permeiam o ideário de gestores do Sistema Único de Saúde”, *Carine Vendruscolo, Letícia de Lima Trindade, Karen Cristina Jung Rech, Lucimare Ferraz* e *Ivete Maroso Krauzer* refletem sobre as concepções teórico-filosóficas que permeiam o ideário de gestores da saúde, estabelecendo uma aproximação com a Promoção da Saúde (PS). Ao cotejar essas reflexões com resultados de entrevistas com gestores de saúde da Macrorregião Oeste de Santa Catarina, as autoras concluem que a Carta de Ottawa permeia a concepção desses sujeitos, todavia é imperativo reafirmar-se a importância da qualificação como momento necessário para a consolidação de um modelo de saúde social e participativo, que contribua para o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde e fortalecimento da PS.

Para tratar do tema “**Qualidade da malha rodoviária, custos econômicos associados e determinantes dos acidentes de trânsito no Brasil: avaliação e proposição de política**”, os autores *Guilherme Jonas Costa da Silva, Livia Boaventura Menezes e Henrique Dantas Neder* analisam a relação entre a qualidade da malha rodoviária e os custos associados a esta infraestrutura no Brasil. Com base em dados econométricos refletem que a melhoria da qualidade dessa malha, por si só, não reduz o número de acidentes, razão pela qual os investimentos no setor precisam ser acompanhados de avanços na sinalização e em campanhas de educação no trânsito

Na seção de Comunicações há um destaque especial para a programação da VII Jornada Internacional de Políticas (VII Joinpp), evento que se realizará no período de 25 a 28 de agosto de 2015, em São Luís-Ma.

Esperamos que a presente edição da RPP contribua para aprofundar os estudos e debates que se vem realizando sobre a atual crise do capitalismo e seus rebatimentos na vida social dos povos e nações.

NOTA

¹ Textos disponíveis na RPP Volume Especial de Junho de 2014 – *O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação* (VI Jornada Internacional de Políticas Públicas (VI JOINPP) - realizada no período de 20 a 23 de agosto de 2013 em São Luís - Maranhão/Brasil).

Raimunda Nonata do Nascimento Santana

Assistente Social
Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Professora aposentada da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com vinculação, na condição de professora colaboradora, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UFMA
E-mail: nonatasantana@gmail.com

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa

Assistente Social
Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Professora Associada IV do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UFMA
E-mail: salvi200@globo.com

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Av. dos Portugueses, 1966 - Bacanga, São Luís/MA
CEP: 65080-805